

**EMENTA: AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Nos termos do art. 83, "c", da LC n. 75/93, ao Ministério Público do Trabalho compete "promover a ação civil pública, no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos". Referida Lei Complementar assegurou, ainda, a competência do MPT para "promover o inquérito civil e a ação civil pública" na defesa de "outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos" (letra "d", inciso VII do art. 6º). Por outro lado, a Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa de interesses individuais indisponíveis (art. 127) e dos interesses difusos e coletivos (art. 129, III). E, segundo previsão contida no art. 8º da mesma LC n. 75/93, "Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência: (...) IV - requisitar informações e documentos a entidades privadas; V - realizar inspeções e diligências investigatórias; (...) VII - expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar ...". E ao sindicato, conforme o disposto no art. 8º, III, da CF/88, "cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativos". Conclui-se, daí, que o patrimônio do sindicato deve ser empregado em favor dos seus associados e da categoria como um todo. Havendo indícios de irregularidade na administração sindical, com denúncias de utilização do seu patrimônio para fins diversos, inclusive financiamento de entidade de fato, não registrada, e que supostamente teria ligações com atos de violência e vandalismo, constitui atribuição do Ministério Público do Trabalho proceder à investigação dos fatos para defesa dos direitos sociais dos trabalhadores.